

Exposição

Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo:

500 anos de História

Catálogo

Fátima Farrica



Índice

Agradecimentos	2
Introdução	3
1 - Constituição e regulamentação	5
2 - Instalações sede	8
3 - Bens de raiz e composição social	14
4 - Património artístico	18
5 - Hospital	23
6 - Biblioteca	27
7 - Farmácia	30
8 - “Caridade de Aguiar”	34
9 - Asilo Jesus Maria José	36
10 - Instituto de Piedade e Beneficência	39
Provedores da Santa Casa da Misericórdia - Séculos XVI - XVIII	44
Provedores da Santa Casa da Misericórdia - Séculos XIX - XXI	47
Glossário	49
Bibliografia	52
Créditos de imagens e documentos	53
Ficha Técnica	54

Agradecimentos

Para a realização desta exposição foi imprescindível a colaboração de diversas pessoas e entidades a quem expressamos o nosso agradecimento.

À Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, especialmente ao provedor, Rui Pão Mole, e aos funcionários que contribuíram para este fim.

À Câmara Municipal de Viana do Alentejo e à Junta de Freguesia, pelos diversos apoios concedidos.

À Direcção Regional de Cultura do Alentejo, pelo acolhimento desta exposição no calendário anual de exposições na igreja da Misericórdia.

Ao Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, pela cedência de algumas imagens.

Ao Jorge Moleirinho, pelos esclarecimentos prestados no domínio da Arte Sacra.

Ao Francisco Baião, pela cedência de algumas imagens.

À Dr.^a Maria Alice Rebocho e à Lúcia Manilhas, pelo apoio logístico que permitiu a exposição de alguns dos antigos frascos da farmácia.

Ao Manuel Bento, pela impressão dos painéis.

Ao Luís Banha, pela colaboração na concepção gráfica e edição de imagem e, ainda, juntamente com o Germano Fernandes, pelo apoio na montagem desta exposição.

Fátima Farrica

Julho de 2016

Introdução

Em 2016 a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo comemora 500 anos de História no auxílio aos mais desfavorecidos. Assistência que ao longo dos séculos cobriu diversas áreas tais como os pobres, os doentes, os presos, os órfãos e os idosos, sem esquecer a assistência religiosa e, inclusive, cultural, subsidiando o ensino primário de alunos pobres e com a fundação de uma biblioteca em 1855.

Apoio que se estendeu também aos pobres de Aguiar, a partir de 1857, após a extinção das confrarias do Santíssimo Sacramento, das Almas, do Rosário e da Assunção e da integração dos seus bens na Misericórdia de Viana.

Actualmente, a Santa Casa continua a prestar apoio social aos idosos – através dos dois lares que possui, do acolhimento em centro de dia e do apoio domiciliário – e ajuda alimentar a famílias de baixos recursos.

Para assinalar esta efeméride programámos um conjunto de actividades, entre as quais se insere esta exposição, retrospectiva dos 500 anos de História da instituição, a decorrer na igreja da própria Misericórdia. A exposição baseia-se na documentação do Arquivo Histórico da Misericórdia e nasce na sequência do projecto de nossa autoria intitulado *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo: salvaguarda de uma memória histórica assistencial*, para a organização, a inventariação e o acondicionamento deste arquivo – financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian – que tivemos o prazer de executar entre 2014 e 2015. Utiliza ainda diversas fotografias e algumas peças que se integram na estrutura delineada.

Esta actividade insere-se, também, no projecto mais lato que temos vindo a desenvolver, desde 2013, com o apoio da Câmara Municipal de Viana e das juntas de freguesia do concelho, designado *Conhecer a História*, que tem por objectivos a investigação, a preservação e a difusão do Património e da História do concelho de Viana do Alentejo.

Propositadamente, a inauguração desta exibição foi calendarizada para 9 de Junho, Dia Internacional dos Arquivos, como forma de enquadrar a chamada da atenção – que também se pretende promover com esta exposição – para a importância da preservação e da divulgação da documentação histórica, que pode servir de fonte de informação para

Introdução

um conhecimento mais profundo e consistente do passado do concelho, em todas as suas vertentes.

Em termos de estrutura, a exposição divide-se em diversas áreas temáticas referentes à História da Misericórdia: *Constituição e regulamentação, Instalações sede, Bens de raiz e composição social, Património artístico, Hospital, Biblioteca, Farmácia, “Caridade de Aguiar”, Asilo Jesus Maria José e Instituto de Piedade e Beneficência*. A estas acrescentou-se, ainda, o levantamento dos nomes dos provedores da Misericórdia, que foi possível conhecer, desde o século XVI até ao século XXI.

1 - Constituição e regulamentação

A primeira Misericórdia foi fundada em Lisboa, em 1498, pela rainha D. Leonor, viúva do rei D. João II e irmã do rei D. Manuel I. As misericórdias são confrarias, ou seja, associações de cristãos para a prática da caridade, simbolizada pelas “obras de misericórdia”.

No âmbito da reforma dos mecanismos de caridade, assistência e saúde pública, promovida pelo rei D. Manuel I, foi também fundada a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, em 1516 – de acordo com resumo histórico existente no arquivo da instituição – no mesmo ano em que D. Manuel I atribuiu à vila o foral de Leitura Nova, isto é, um texto actualizado do foral antigo. Entre 1498 e 1525 foram fundadas 61 Misericórdias, 43 das quais durante o reinado de D. Manuel I.

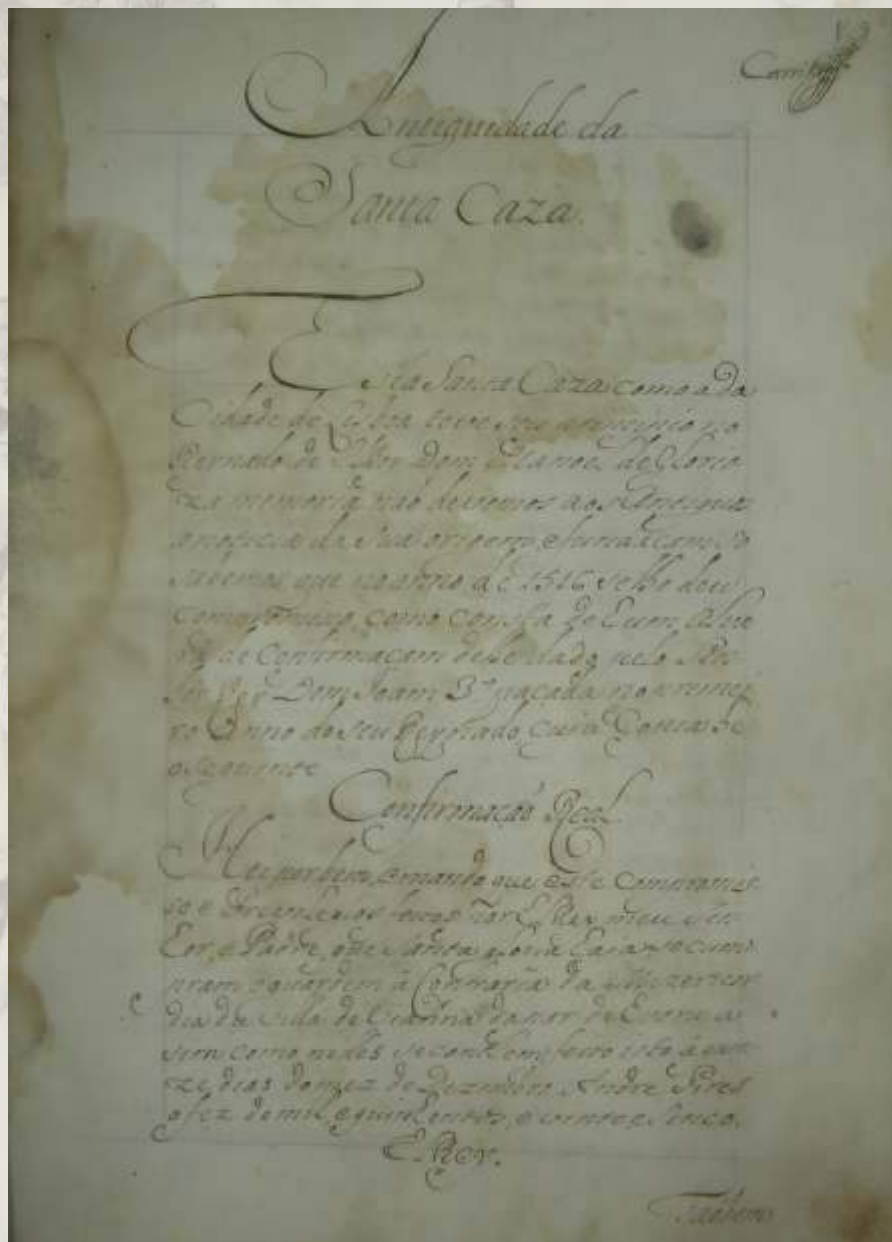
Em 1525 o compromisso da Misericórdia de Viana, ou seja, o documento em que se prescreviam todas as regras de funcionamento da irmandade, foi confirmado por alvará régio de D. João III.

Em livro de 1745 refere-se a existência, no arquivo da Santa Casa, de um “livro do compromisso” mas, atualmente, este códice já não existe. O mais antigo compromisso da Misericórdia hoje conhecido data de 1876.



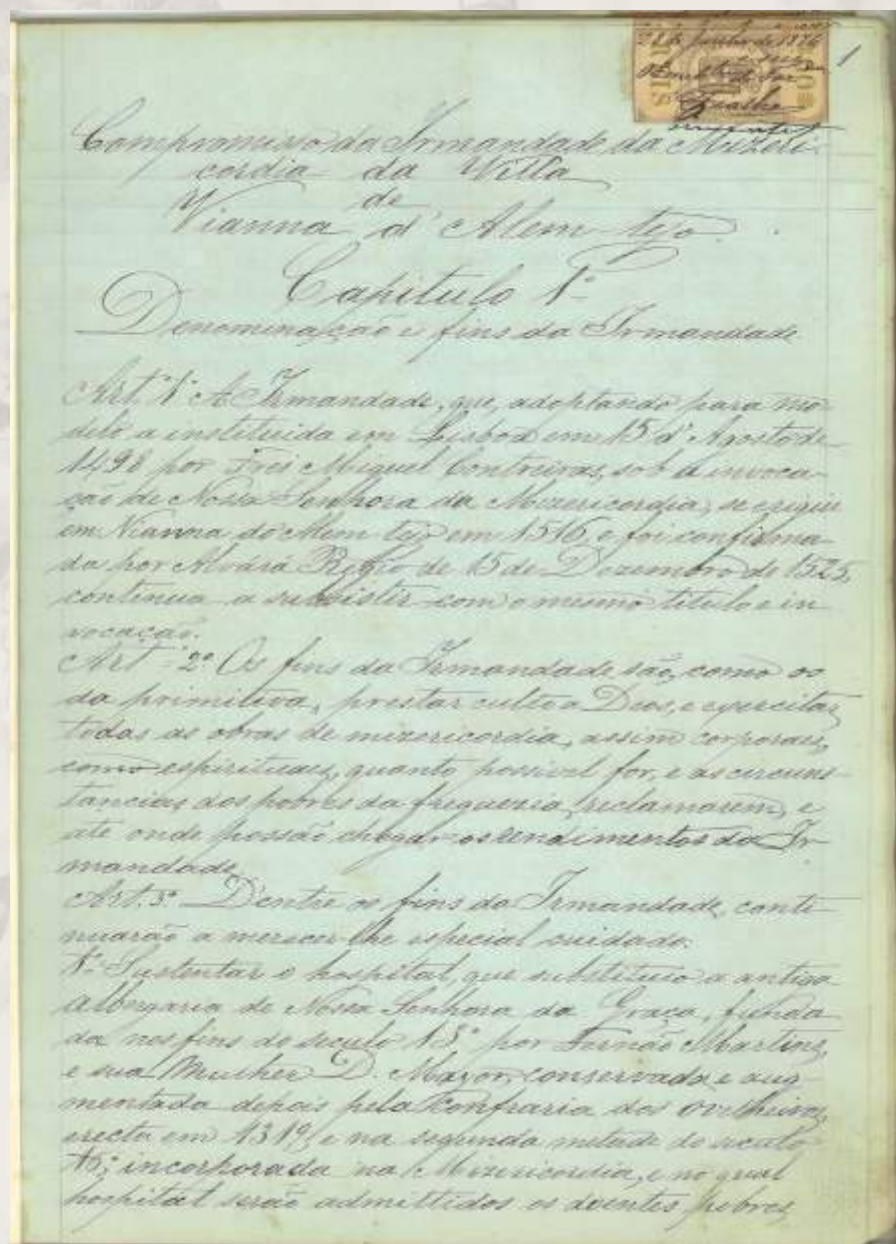
Rainha D. Leonor.

1 - Constituição e regulamentação



Registo de 1745 que indica o ano de 1516 como a data da fundação da Misericórdia; e cópia do alvará régio de 1525 de confirmação do seu compromisso.

1 - Constituição e regulamentação



Compromisso da Misericórdia, 1876.

2 - Instalações sede

As instalações primitivas da Misericórdia funcionavam no interior do castelo, onde foi construída a igreja da Misericórdia, no princípio do século XVI, e onde existiria uma pequena dependência, para reuniões e despachos da Mesa Administrativa e para guarda dos seus pertences.

Nesta localização a sede da Misericórdia sofria de dois problemas: a reduzida dimensão, sem que houvesse espaço para se poder alargar; e a humidade, porque está parcialmente abaixo do nível do solo.

Assim, em 1558, foi considerada a hipótese de se mudar a sede para a praça. A humidade era, já nessa altura, um problema grave, pois o retábulo da igreja, que pressupomos que ainda fosse o primitivo, já estava danificado. Nessa época se registou: *“Esta casa he muito pequena e muito humida e não tem lugar para se poder alargar para se fazerem cazas que erão necessarias para o serviço dela e os ornamentos se danavão, até o retábulo que estava posto, estava perdido pela muita humidade que tem, que parecia que esta caza se mudaçe e se fizesse outra nova com suas officinas conforme a dita caza, por esta caza ser muito pequena e ter muito servimento.”* E ainda: *“Que o lugar onde se a ditta caza ade mudar seja na praça no quintal de Simão Pinto, boticario, e nas cazas de sua may por ser lugar mais conveniente para a dita caza que todos os outros para o serviço de Deus.”*

Todavia, por motivo que desconhecemos, 14 anos depois a possível mudança ainda não se verificara pois, em 1572, continuava a ser equacionada. Para a aquisição de um terreno e para a obra, havia já uma verba de 110.000 reis, provenientes da venda de bens de raiz do falecido Licenciado Fernando Afonso, que tinha sido irmão da Misericórdia. Este valor estava depositado “em mão” de Francisco Luís, também irmão da Santa Casa, numa arca encourada que tinha em sua casa, da qual existiam duas chaves, uma na posse do provedor e outra na do depositário.

Contudo, em 1573, a ideia da transferência para outro espaço – *“por ser muito humida e se denefica tudo o que nella estaá por estar debaixo da terra”* – foi colocada de parte tendo sido decidido, em alternativa, a elevação da “casa” da Misericórdia, uma vez que se lê na sua documentação ter sido considerado: *“ser mais proveito e serviço de Deus fazer-*

2 - Instalações sede

-se onde está e que se alevante mais alto porque assim será melhor servida de todo o serviço e menos custo”.

Uma vez que não há mais informação sobre este assunto e que aquela que subsiste não é, por vezes, muito clara no seu conteúdo; e que não é conhecida com exactidão a configuração das instalações da Misericórdia nessa altura, ficamos na dúvida se as obras de elevação referidas se realizaram ou não naquela época. No que toca à igreja a cota de implantação será a original. No que se refere a um possível espaço anexo, onde se realizariam as reuniões da Mesa Administrativa, depende da realidade a que se referem os registos documentais quando se fala da “casa” na Misericórdia. “Alevantar mais alto” podia significar elevar o nível do chão ou construir um primeiro andar.

De facto, sabemos que o edificado da Misericórdia anexo à igreja teve um piso superior, com divisões, mas que Túlio Espanca refere datarem já do século XVIII, nas quais a mesa administrativa reunia e onde se guardava o arquivo, a livraria e os cereais recebidos das rendas e foros das propriedades. Não sabemos, todavia, se entre os finais do século XVI e o século XVIII não existiram outras fases de obras, na sequência do que foi determinado em 1573.

Esse edificado, anexo à igreja, foi descrito em 1745 e aí encontramos, entre vários outros elementos de elevado interesse, a descrição do tecto da sala do despacho que era forrado de madeira, dividido “em vários quartos”, pintados com diferentes representações, sendo que “na quadra do meio” estavam pintadas as “sinco Chagas de Nosso Senhor Jesus Christo e as armas Reaes debaixo de cujas protecções se ampara esta Santa Casa”.

Do edifício subsistem também algumas fotografias do exterior, datadas do século XX, onde é visível que em 1959 a estrutura já apresentava um estado de degradação e que em 1967 esta se acentuara.

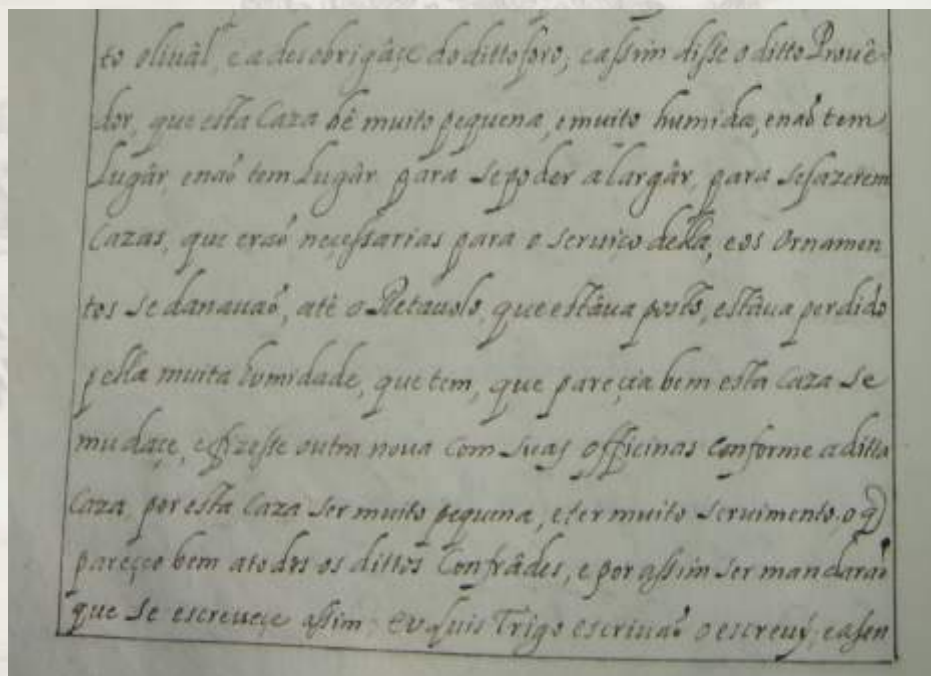
Deste modo, por ruína, a parte superior dessas instalações foi demolida em 1972.

No século XX a sede da instituição localizou-se no nº 8 da rua Cândido dos Reis, em edifício herdado de D. Inês Maria Bule.

Já na década de 90, a sede da Misericórdia passou para o Rossio onde também funciona,

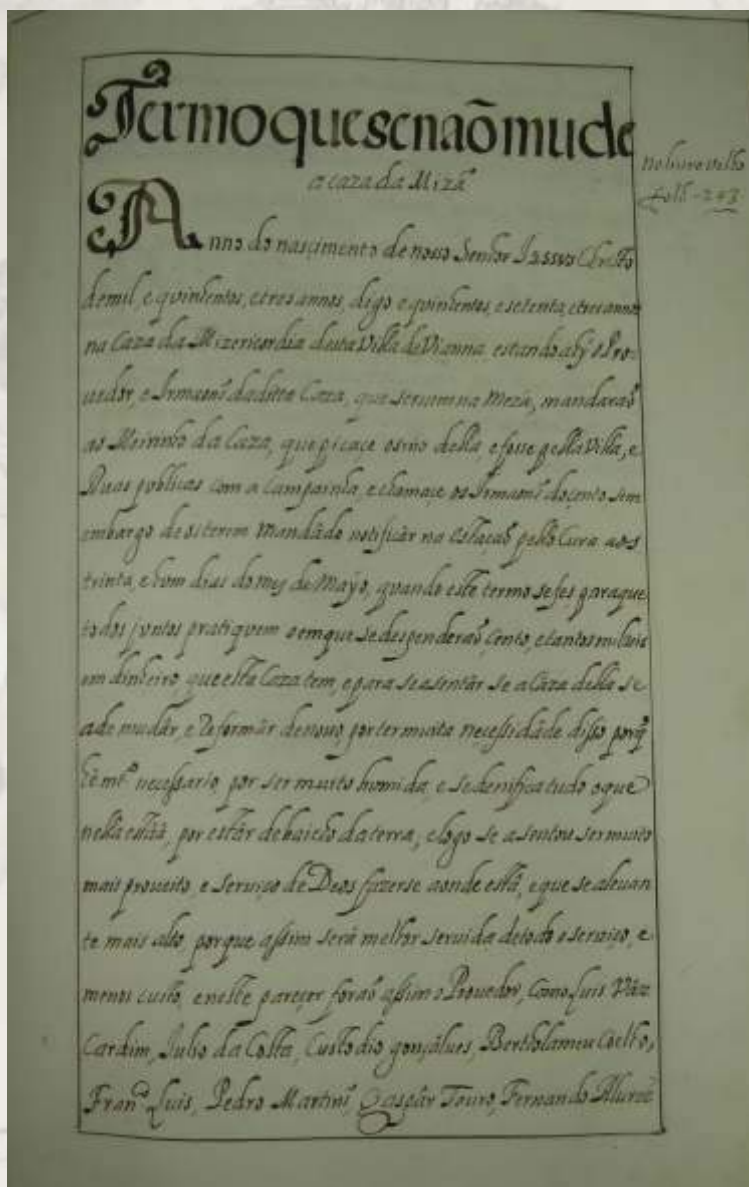
2 - Instalações sede

atualmente, um dos seus lares e centro de dia para idosos cujas segunda e terceira fases construtivas foram inauguradas em 1997 e em 2001.



Cópia de 1688 do registo da intenção de se mudar a sede da Misericórdia para a praça em 1558.

2 - Instalações sede



Cópia de 1688 de acordo de 1573 para que se não mudasse a sede da Misericórdia.

2 - Instalações sede



Evolução do edifício da Misericórdia, 1959-1975.

2 - Instalações sede



Nº 8 da rua Cândido dos Reis.



Sede actual da Santa Casa da Misericórdia.

3 - Bens de raiz e composição social

As misericórdias recebiam inúmeros legados de bens, rústicos e urbanos, doados em vida ou, sobretudo, por testamento, dos fiéis; quer fossem, ou não, membros destas confrarias. A contrapartida era a encomenda de missas por alma desses defuntos. Alguns deles sepultados na igreja da própria Misericórdia.

Essas heranças eram registradas em livros próprios, que copiavam as verbas dos diversos testamentos, a que a Misericórdia tinha direito, ou os documentos testamentários na íntegra.

Os bens possuídos eram também registrados em tombos e em inventários, com alguma regularidade. Nos tombos mais descritos e nos inventários listados de forma mais sintética.

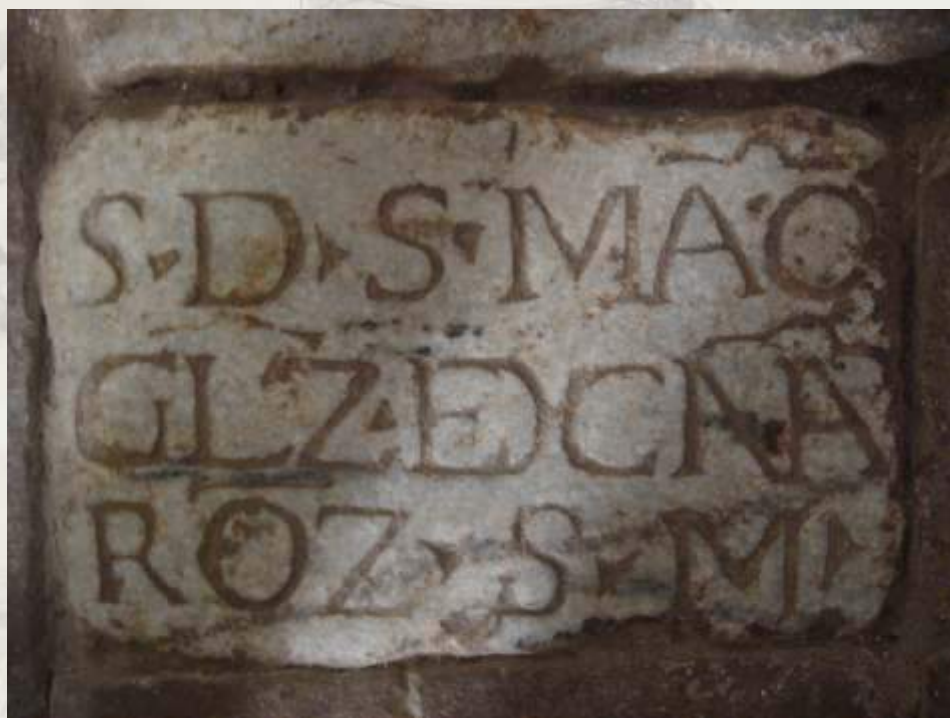
Para a rentabilização dos bens herdados, sobretudo terras e casas, a Misericórdia realizava escrituras de arrendamento ou de aforamento por tempo e quantias pré-estabelecidas. Esses rendimentos permitam pôr em prática as suas funções assistenciais. Ser membro da Misericórdia significava pertencer à elite local pois só os mais destacados moradores das localidades em termos de comportamento moral e desafogo económico aí tinham entrada. Mas, mesmo no interior da instituição, eram estabelecidos patamares entre os irmãos de “primeira” e de “segunda condição”. Os primeiros eram os mais ricos e poderosos, a nobreza da terra nos séculos mais recuados, os que também exerciam os mais altos cargos na câmara, os letrados e os industriais. Os segundos eram os homens que não sendo nobres tinham, preferencialmente, meios próprios de subsistência tais como os comerciantes ou os artífices.

Para a rentabilização dos bens herdados, sobretudo terras e casas, a Misericórdia realizava escrituras de arrendamento ou de aforamento por tempo e quantias pré-estabelecidas. Esses rendimentos permitam pôr em prática as suas funções assistenciais. Ser membro da Misericórdia significava pertencer à elite local pois só os mais destacados moradores das localidades em termos de comportamento moral e desafogo económico aí tinham entrada.

Mas, mesmo no interior da instituição, eram estabelecidos patamares entre os irmãos de

3 - Bens de raiz e composição social

“primeira” e de “segunda condição”. Os primeiros eram os mais ricos e poderosos, a nobreza da terra nos séculos mais recuados, os que também exerciam os mais altos cargos na câmara, os letrados e os industriais. Os segundos eram os homens que não sendo nobres tinham, preferencialmente, meios próprios de subsistência tais como os comerciantes ou os artífices.



“Sepultura de Simão Gonçalves e de Catarina Rodriguez sua mulher” existente no chão da igreja da Misericórdia.

3 - Bens de raiz e composição social

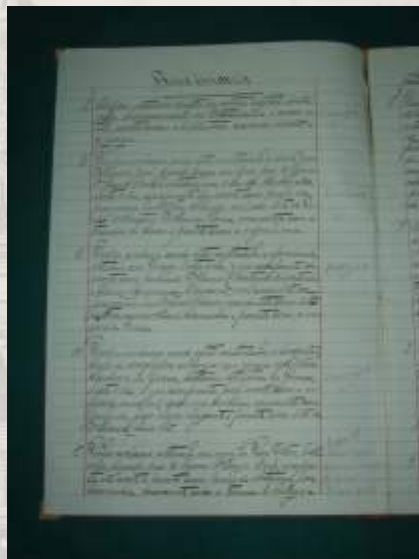


Livro de registo das verbas dos testamentos que pertenciam à Misericórdia, 1688.

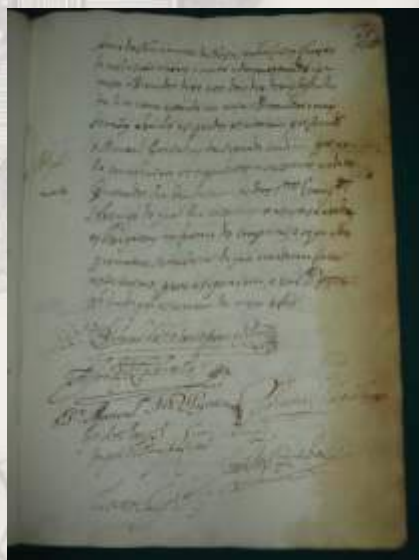
3 - Bens de raiz e composição social



Frontispício do livro de toambo de 1745.



Inventário de bens imóveis, posterior a 1917.



Livro de termos das entradas dos irmãos, 1712-1880.

4 - Património artístico

As misericórdias possuem alguns dos espólios de arte sacra mais relevantes das localidades. O facto de uma das suas funções ser a promoção do culto católico levou a que encomendassem inúmeras peças, algumas de elevado valor artístico, que podiam pagar devido aos abundantes rendimentos que algumas destas instituições, e em algumas épocas, usufruíram.

Embora a igreja da Misericórdia tenha sido construída no início do século XVI, o púlpito terá sido colocado já por volta de 1670 e o revestimento azulejar data também da 2ª metade do século XVII, talvez por volta de 1690.

Em 1745 ainda existia, do lado Sul da igreja, o cadeiral, de linhas simples, onde o provedor e os mesários assistiam às cerimónias.

O retábulo da capela-mor, representando a Visitação de Santa Isabel, será já do final do século XVII ou do princípio do XVIII, sabendo-se que o primitivo já estava deteriorado em 1558. Desconhecemos todavia, se entre o primeiro e o actual terá existido outro pois, em 1745, existia na sacristia um retábulo designado de “antigo”, também com a representação da Visitação de Santa Isabel e que poderia, eventualmente, ter estado anteriormente na capela-mor e ter sido substituído pelo actual, que naquela data já estaria colocado. Uma vez que o primeiro já estava perdido em meados do século XVI julgamos que já não pudesse existir na sacristia duzentos anos depois.

As peças mais emblemáticas das misericórdias são as suas bandeiras que saíam nas procissões. A Misericórdia de Viana teve seis bandeiras, que usava nas procissões de quinta e de sexta-feira Santa, embora hoje só já existam cinco: quatro no espaço interpretativo do castelo e uma na instituição.

Entre as peças de arte sacra, no caso específico da Misericórdia de Viana, destaca-se uma cruz de altar do século XVIII, com imagem indo-portuguesa, em marfim, de Cristo crucificado, e com aplicações em prata. Existe a descrição de outro “ Santo Christo”, mandado fazer em Lisboa, em 1688, tendo como modelo o da Misericórdia daquela cidade, e que custou 31.050 reis, mas o seu paradeiro é, por agora, desconhecido.

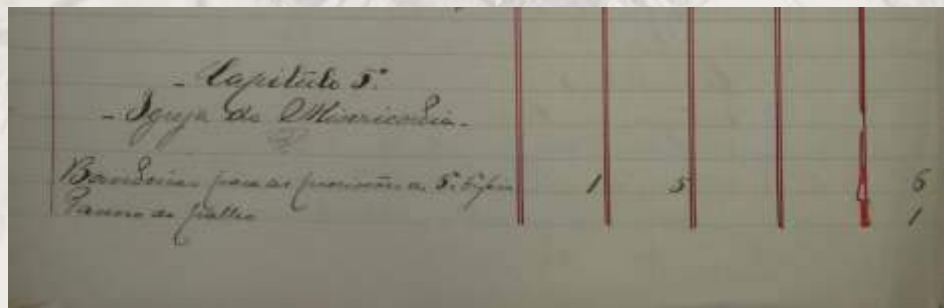
Destaque ainda para uma peça de extremo interesse pela sua antiguidade e elevada

4 - Património artístico

qualidade de execução: um baixo-relevo de mármore branco, que Túlio Espanca classifica como sendo “de estilo da Renascença italo-francesa”, do início do século XVI.

Todavia, desconhece-se o uso ou destino primitivo dado a esta peça. Túlio Espanca oscilou entre colocar de lado as hipóteses de se tratar de uma pedra de ara ou de uma porta de sacrário – apontando, neste caso, que poderia ter feito parte de um friso de banquetta de altar; e em admitir que se pudesse tratar, de facto, de uma pedra de ara. Além disso, uma vez que a sua origem também é desconhecida, Espanca coloca como hipótese que seja proveniente do convento de Nossa Senhora da Piedade ou de São Francisco, extinto em 1834, e que teria sido recolhida na Misericórdia. Para supor a origem e a utilização, o autor baseia-se no facto de se referir, num inventário daquela casa religiosa, datado daquele ano, uma “pedra de ara de mármore lavrada”, referência que presume reportar-se à mesma peça.

Outra circunstância que dá sustentação à hipótese da origem da pedra estar naquela casa religiosa é o facto, que está documentado, da Misericórdia ter usado a igreja de S. Francisco para a realização de cerimónias religiosas, guardando aí algumas das suas alaias litúrgicas, pelo menos entre 1876 e 1917. A ser proveniente daquele convento, a relação próxima entre a Misericórdia e aquele espaço pode ter facilitado o acesso à peça.



Inventário dos bens da Misericórdia onde se registam 6 bandeiras, 1898.

4 - Património artístico



Bandeiras da Misericórdia, Século XVII.

4 - Património artístico



Bandeira da Misericórdia, Século XVII.

4 - Património artístico



Cristo crucificado, século XVIII.



Registo de 1745 sobre o “Santo Cristo” da Misericórdia mandado fazer em 1688.



Baixo-relevo de mármore branco, século XVI.

5 - Hospital

Até ao fim do século XV, quando as misericórdias ainda não existiam, a assistência aos mais necessitados (pobres, peregrinos, enjeitados, cativos, condenados...) era assegurada por pequenas e diversas instituições dispersas pelo reino, muitas de iniciativa particular, tais como as albergarias, os hospitais, as mercearias e as gafarias. De facto, além da Igreja ter um papel de relevo na assistência, os particulares também o tinham, como forma de pôr em prática os princípios cristãos.

Aqueles estabelecimentos eram, muitas vezes, administrados por confrarias, associações de cristãos para a prática da caridade, sendo que, umas vezes, as confrarias davam origem àqueles estabelecimentos – como forma de melhor por em prática os seus princípios religiosos; e, outras vezes, constituíam-se posteriormente, como forma de garantir a gestão de um estabelecimento de assistência pré-existente.

A albergaria ou hospital de Santa Maria é a mais antiga instituição de assistência de Viana conhecida na actualidade. Com uma fundação que remonta, pelo menos, ao século XIV, foi instituída por Fernão Martins, D. Maior e seus filhos, talvez ainda no final do século XIII. Albergaria e hospital eram termos usados indistintamente para designar instituições que acolhiam pobres e peregrinos. Só a partir do XV os hospitais foram destinados a doentes pobres.

Esta albergaria tinha uma capela anexa.

No ano de 1319 foi constituída a confraria dos Homens Bons Ovelheiros que passaram a administrar a albergaria.

Para a prossecução dos seus fins assistenciais eram necessários bens dos quais houvesse rendimento. Daí as doações de casas e terras por diversos particulares, confrades ou não, que foram registadas no tomo dos bens do hospital, redigido em 1534.

Na sequência da criação da Misericórdia, em 1516, na segunda metade do Século XVI a albergaria ou hospital de Santa Maria, nesta altura já designado de Nossa Senhora da Graça, e a sua capela, foram integrados na Misericórdia. A partir daí o hospital passou a ser conhecido como Hospital da Misericórdia e funcionou sob a sua tutela até Maio de 1976.

5 - Hospital

Ao longo de 700 anos o hospital teve um papel muito importante. Durante os primeiros 200 anos no acolhimento de pobres e peregrinos; depois, durante 500 anos, no tratamento, de acordo com disponibilidades do tempo, dos doentes, de diversas patologias.

Para a prestação de melhores cuidados de saúde foram sendo postos em prática alguns melhoramentos. Outros houve, que nunca saíram do papel. Todavia, tal como hoje, alguns dos doentes, acabavam por falecer no hospital, existindo ainda os registos de óbito de alguns desses utentes.



Capela de Nossa Senhora da Graça, século XVI.

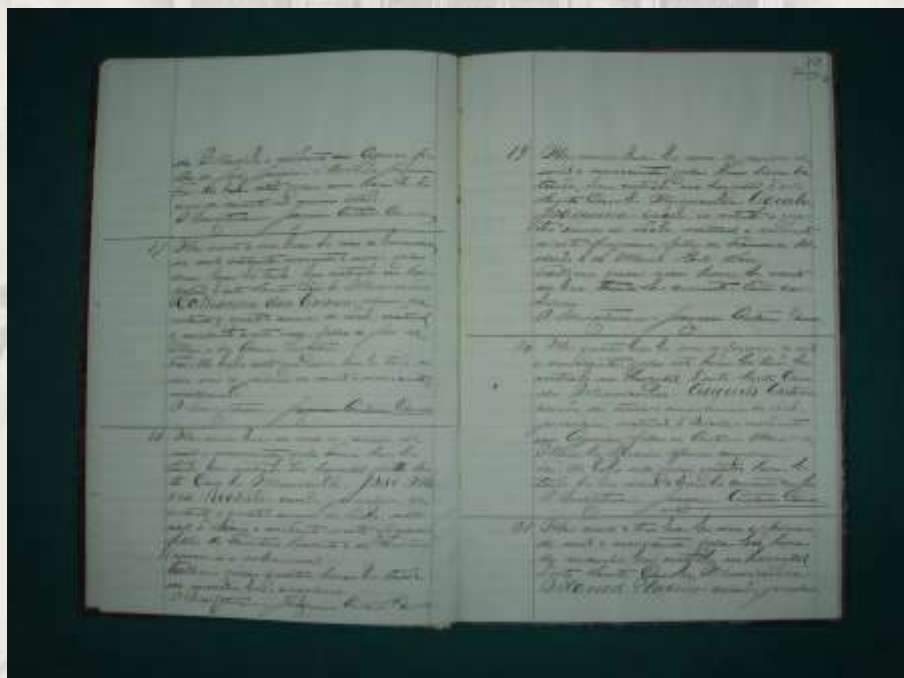
5 - Hospital



Cópia de 1534 do compromisso da confraria dos Homens Bons Ovelheiros, datado de 1319.



Tombo dos bens da albergaria de Nossa Senhora da Graça, 1534.



Registo de entrada de doentes, 1862 e 1898.

6 - Biblioteca

A Misericórdia também teve ao longo do tempo um papel cultural pois, além de ter subsidiado o ensino primário para os pobres, possuiu uma biblioteca.

A biblioteca foi fundada em 1855 e os livros que a constituíam ainda hoje existem – pelo menos em parte – ascendendo actualmente a cerca de 700 unidades. Publicados entre os séculos XVI e XIX, esta é uma biblioteca de livro antigo de elevado interesse, que abarca diversas áreas onde se destaca a Teologia, a História, a Filosofia, a Literatura, a Direito, entre outras.

Túlio Espanca, no Inventário Artístico de Portugal, refere esta “livraria erudita” afirmando que foi pertença do cônego “Martins Mouron”, capelão da Misericórdia. De facto, o seu conteúdo, sobretudo de cariz religioso, e a sua antiguidade, bem como a marca de posse “Ponce”, que se encontra em alguns livros, apontam nesse sentido. Todavia, José Ponce Martins Morom, natural de Viana, capelão e professor do Instituto de Piedade e Beneficência, professor do Seminário de Évora e cônego da Sé da mesma cidade só faleceu em 1916, pelo que, se a biblioteca pode ter sido engrandecida com doação sua, não foi fundada de raiz a partir do seu acervo pessoal. Além disso, se é um facto que José Ponce Martins Morom fez um legado à Misericórdia com fins assistenciais, para pobres e inválidos, ainda não se encontrou nenhum registo que comprove a doação de uma livraria.

Contudo, alguns dos livros têm a indicação de que são provenientes do Convento de São Francisco, não sendo possível saber, por agora, se foram directamente integrados na Misericórdia depois da extinção daquela casa religiosa, em 1834, ou se ainda terão sido pertença de outra pessoa ou instituição antes de chegarem à Santa Casa. Outros ainda, têm indicação que permite saber terem pertencido à Junta de Paróquia.

Reflexo do funcionamento da biblioteca é um livro de registo dos empréstimos de livros feitos entre 1882 e 1938.

6 - Biblioteca



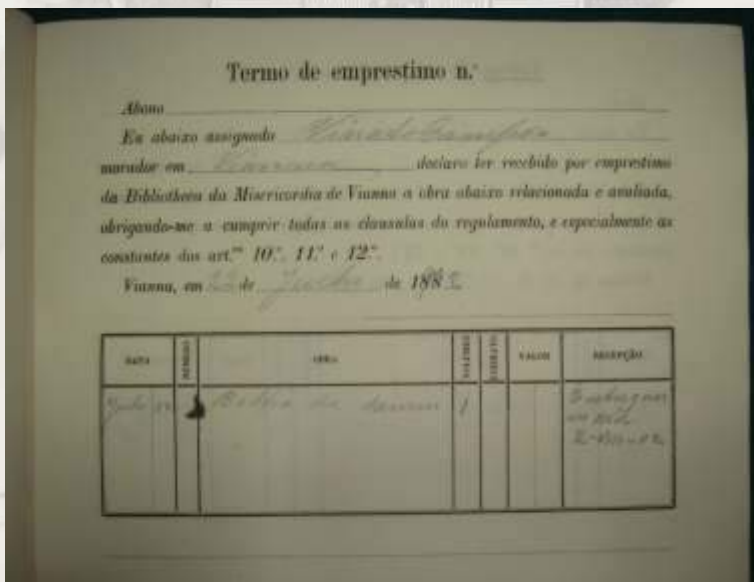
Biblioteca, vista parcial.



Livro de termos de empréstimos de livros, 1882-1938.



Registo de empréstimo, de 1883, da obra “Volta ao Mundo em Oitenta Dias”, de Júlio Verne.



Registo de empréstimo, de 1902, ao fotógrafo Viriato de Campos.

7 - Farmácia

O registo mais antigo que se encontra à botica (ou farmácia) da Misericórdia data de 1863, mas a sua criação poderá ser anterior. Tendo funcionado no interior do castelo foi depois transferida para a praça em data que se desconhece.

A exploração da farmácia implicava a abertura de concurso para a colocação de farmacêuticos. Em 1872 um dos concorrentes foi José Manuel Nunes de Almeida, cujo documento de habilitação para o exercício da função ainda hoje existe e nele se pode ler: *Carta da Escola Médico-cirúrgica de Lisboa que atesta que José Manuel Nunes de Almeida, apesar de não ter frequentado os cursos teóricos e práticos, mostrou por certidões legais ter oito anos de boa prática pelo que foi admitido a exame público tendo sido aprovado plenamente e ficado habilitado para poder exercitar a Arte de Farmácia.*

Já no século XX a Misericórdia deixou de explorar directamente a farmácia, passando esta a estar arrendada, situação que, pelo que se conhece, ocorreu a partir de 1935. A farmácia fornecia medicamentos gratuitos aos pobres não só de Viana, mas também de Aguiar.

O alvará da farmácia foi vendido em 1993.



Farmácia da Misericórdia, década de vinte do século XX.

7 - Farmácia



Carta da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa de habilitação para o exercício da Arte de Farmácia.

A photograph of a document titled 'LISTA DE DROGAS, PRODUTOS QUÍMICOS E ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS, 1925'. The document is headed by 'FARMACIA BRANCO & FRIBANDES, L.' and contains a detailed list of pharmaceutical products, organized into columns and rows. The list includes various chemical and biological preparations used in medicine at the time.

Lista de drogas, produtos químicos e especialidades farmacêuticas, 1925.

7 - Farmácia



Handwritten inventory ledger from 1900, showing a list of items and their values in a two-column format. The text is written in cursive and includes a central heading that appears to be "Farmácia".

Item	Value
1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.
19.
20.
21.
22.
23.
24.
25.
26.
27.
28.
29.
30.
31.
32.
33.
34.
35.
36.
37.
38.
39.
40.
41.
42.
43.
44.
45.
46.
47.
48.
49.
50.

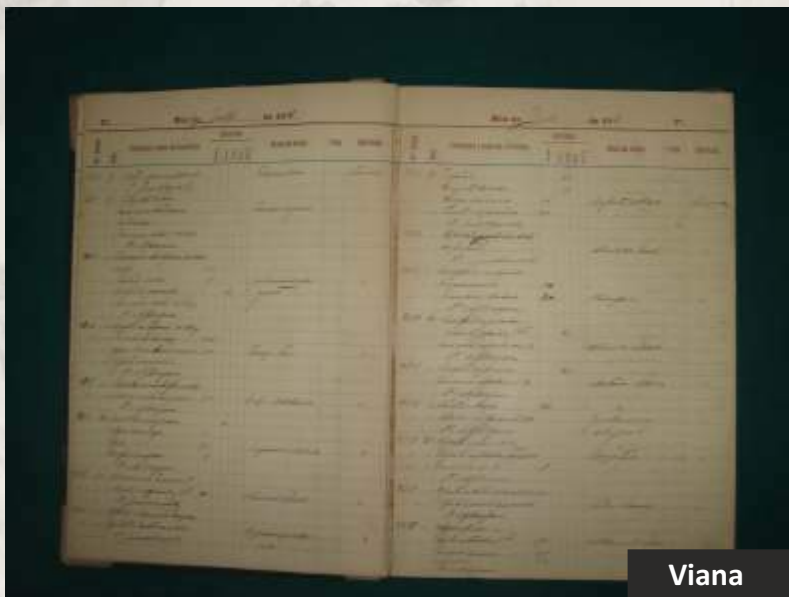


Another page of the handwritten inventory ledger, continuing the list of items and values in a two-column format. The text is written in cursive.

Item	Value
51.
52.
53.
54.
55.
56.
57.
58.
59.
60.
61.
62.
63.
64.
65.
66.
67.
68.
69.
70.
71.
72.
73.
74.
75.
76.
77.
78.
79.
80.

Inventário de bens da farmácia, 1900.

7 - Farmácia



Viana



Aguiar

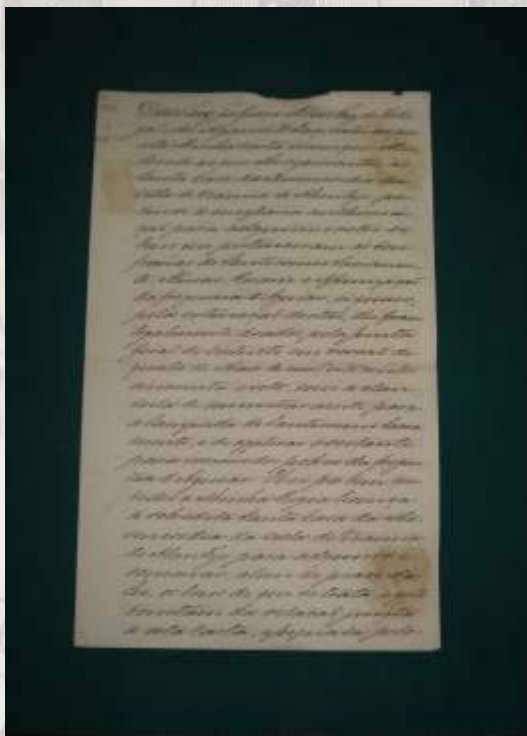
Livros de registo de medicamentos fornecidos aos pobres de Viana e de Aguiar, 1904-1914.

8 - Caridade de Aguiar

Entre 1855 e 1856 foram extintas as confrarias do Santíssimo Sacramento, das Almas, do Rosário e da Assunção, de Aguiar e os seus bens foram doados à Misericórdia de Viana em 1857. Em troca esta ficou obrigada a fornecer o azeite para a lâmpada do Santíssimo da igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção e a aplicar o restante rendimento para socorrer os pobres da freguesia.

Em 1860 esses bens foram tirados à Misericórdia, mas, em 1862, uma provisão do rei D. Luís concedeu licença à Santa Casa para os adquirir e conservar além do prazo que tinha sido estabelecido por lei.

A gestão destes bens e a aplicação do seu rendimento, em prol dos pobres daquela freguesia, levou à produção de vários livros de registo da receita e da despesa, em dinheiro e em géneros, da “Caridade de Aguiar” – designação pela qual passou a ser conhecida essa acção no seio da administração levada a cabo pela Misericórdia.



Provisão do rei D. Luís, 1862.

8 - Caridade de Aguiar



Livros de registo da receita e despesa da "Caridade de Aguiar", em dinheiro e em géneros, 1858-1859.

9 - Asilo Jesus Maria José

Em 1908, foi fundado, por testamento de D. Inês Maria Bule, um asilo para cegas designado Asilo Jesus Maria José.

Este asilo, que foi inaugurado em 1914, após a morte da testadora, funcionou sempre sob administração da Santa Casa da Misericórdia, de acordo com a vontade da instituidora.

Funcionava no actual nº 8 da rua Cândido dos Reis de acordo com um regulamento próprio que estabelecia as várias regras da casa, entre elas o regime das visitas.

Ao longo do tempo foram sentidas necessidades de remodelação e ampliação do espaço que nunca chegaram a ocorrer.

O asilo terá funcionado até à década de 40 do século XX.

A Misericórdia recebeu outros legados testamentários menos expressivos, mas também com fins assistenciais tais como o de Manuel Lopes (1879), o de Jerónima Maria Camões (1894) e o do Cónego José Ponce Martins Morom (1916) cujos fins eram cumpridos pela Misericórdia a partir da administração dos bens ou rendimentos recebidos.



Testamento de D. Inês Maria Bule, 1908.

9 - Asilo Jesus Maria José



Rua Cândido dos Reis, década de trinta do século XX.

Capítulo 5º

Da Alimentação

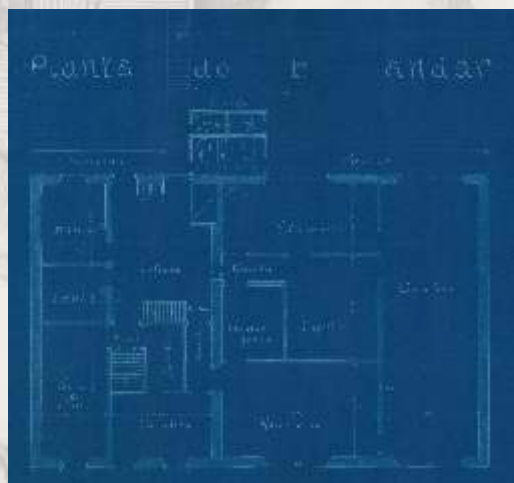
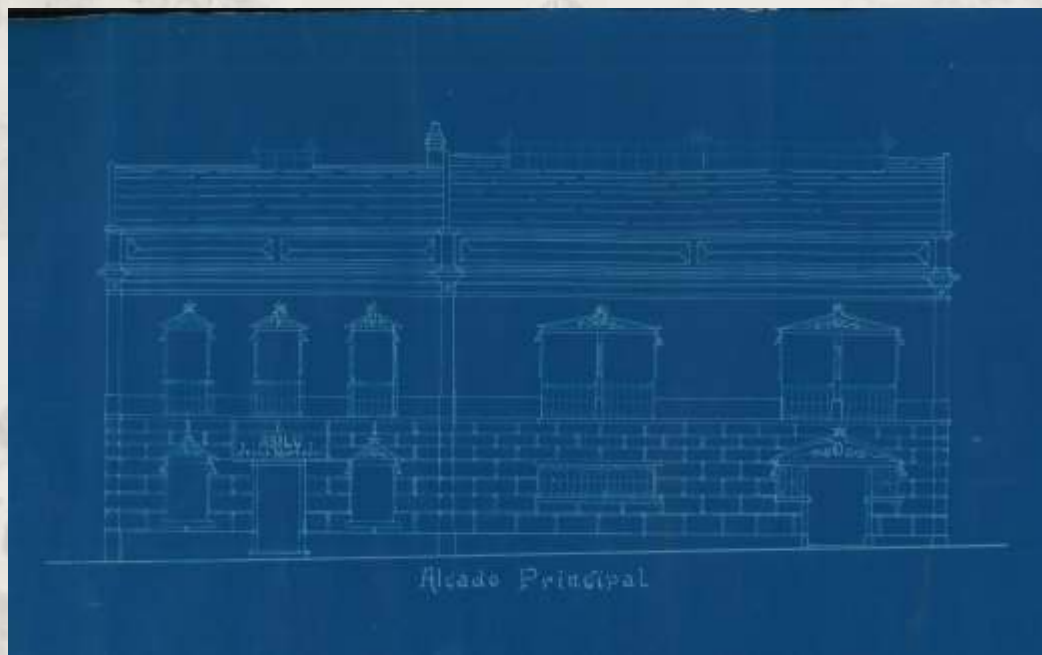
Artigo 15º - A alimentação das aziladas será frugal e sobria, seguindo-se o regimen alimenticio proprio da localidade e de harmonia com as diversas epochas do anno.

Artigo 16º - Nos domingos e quintas feiras e em todos os dias de nomeada a comida será de carne nas duas refeições principais.

§ unico. O assunto de que tratam estes dois artigos fica mais á consciencia da regente de que a qualquer imposição que se possa fazer, notando-se todavia que, as aziladas podem reclamar perante os vosses directores se por ventura a alimentação fôr insufficiente ou de qualidade inferior.

Capítulo V do Regulamento do Asilo Jesus Maria José, século XX.

9 - Asilo Jesus Maria José



Projecto para ampliação e adaptação do Asilo, século XX.

10 - Instituto de Piedade e Beneficência

Já em 1979 foi extinto o Instituto de Piedade e Beneficência cujos bens e funções foram integrados na Santa Casa da Misericórdia.

O Instituto tinha sido fundado em 1848 por testamento do Pe. Luís António da Cruz, cujo vasto e rico património foi destinado à manutenção de uma capela de missa quotidiana; de um hospício para assistência aos doentes; de uma escola primária para crianças do sexo feminino; e de um montepio para empréstimo de dinheiro a pessoas de baixos recursos, que aí o podiam obter em condições mais favoráveis.

Para a administração, em conjunto, das quatro fundações os testamenteiros constituíram o Instituto de Piedade e Beneficência. Sabemos, todavia, que a escola primária foi dedicada a alunos de ambos os sexos, que também teve um infantário e, já no século XX, ensino secundário.

Devido à sua benemérita acção, em 1859, a Junta de Paróquia de Viana promoveu a transladação dos ossos do Pe. Luís António da Cruz do cemitério da vila para um mausoléu na Igreja Matriz onde se colocou a inscrição: *À Memoria do reitor Luiz Antonio da Cruz, fundador do Instituto de Piedade e Beneficencia d'esta villa, e fallecido em 27 de Setembro de 1848. A Junta de Parochia de Vianna d' Alemtejo em testemunho de gratidão, fez erigir este monumento, e para elle trasladar os seus ossos, no anno de 1859.*

Em 1974, o Instituto só já garantia almoço, jantar e pão para o pequeno-almoço, diariamente, a 25 a 30 beneficiados, serviço de barbeiro e assistência religiosa, vestuário e calçado para os pobres uma vez por ano.

Em 1979, o Instituto foi extinto e integrado, com todos os seus bens, na Santa Casa da Misericórdia.

Entre o património do Instituto, recebido pela Misericórdia, está o edifício que tinha sido a sede da instituição e, até 1848, a casa de morada do Pe. Luís António da Cruz.

Apesar da designação da instituição ser Instituto de Piedade e Beneficência, devido aos seus fins “pios” tornou-se conhecida como Casa Pia.

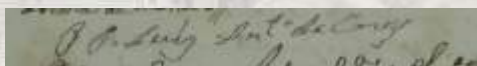
Daí resulta que um dos lares e centro de dia da Misericórdia, inaugurado em Fevereiro de 2004, no mesmo edifício – na rua que recebeu o nome do Pe. Luís António da Cruz, depois

10 - Instituto de Piedade e Beneficência

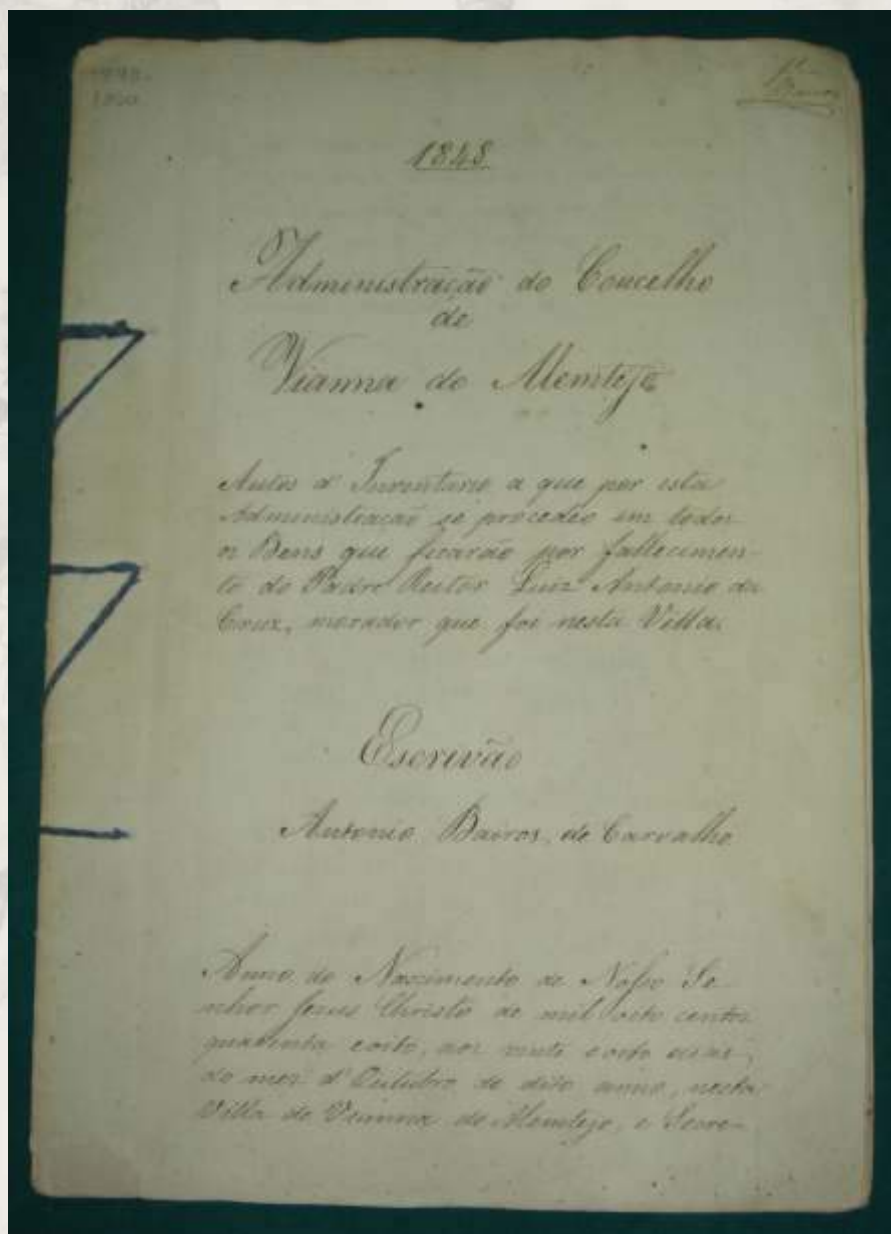
de 1910 – seja conhecido como lar da Casa Pia.



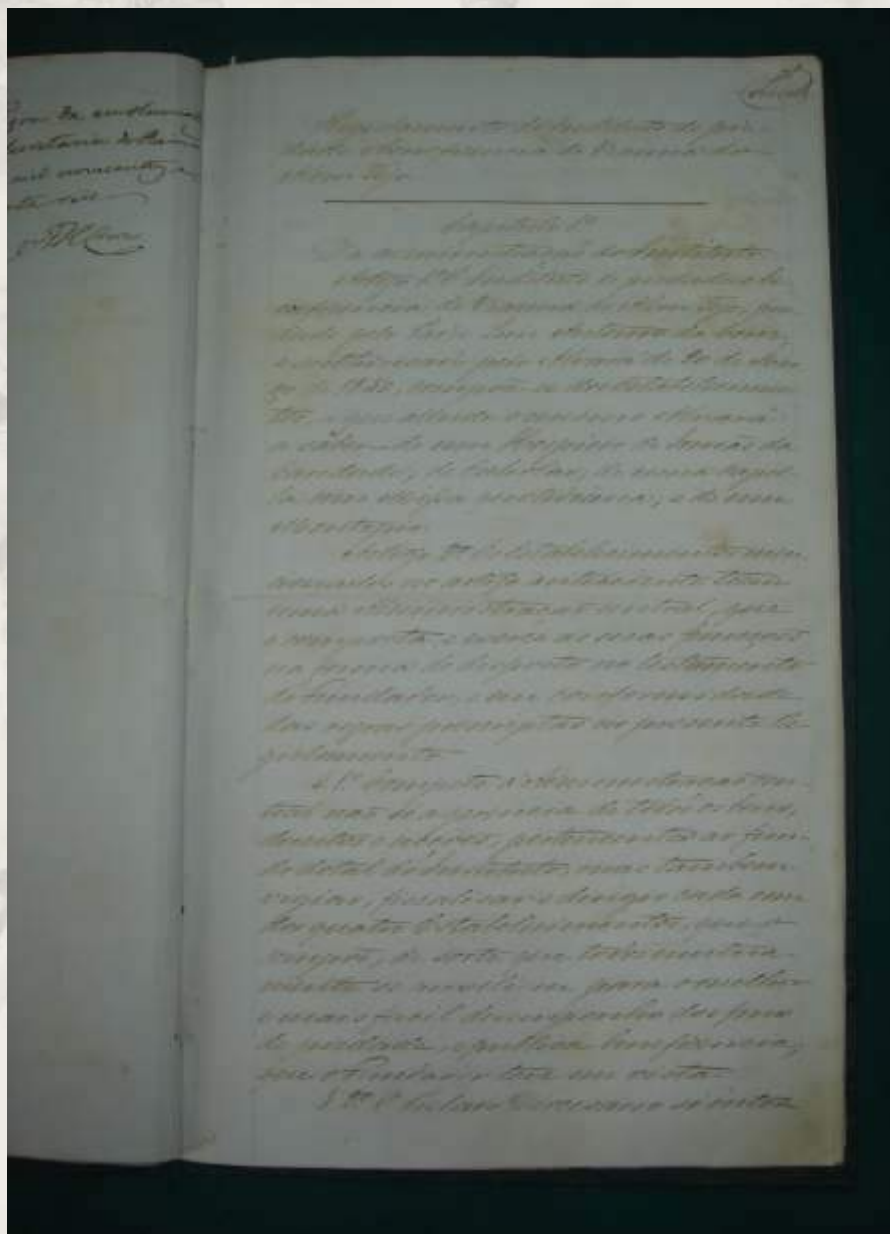
Edifício do antigo Instituto de Piedade e Beneficência, hoje lar da “Casa Pia”.



Testamento do Pe. Luís António da Cruz com a respectiva assinatura, 1848.



Autos de inventário dos bens do Pe. Luís António da Cruz, 1848.



Regulamento do Instituto de Piedade e Beneficência, 1852.



Mausoléu do Pe. Luís António da Cruz, na igreja Matriz, 1859.

Provedores da Santa Casa da Misericórdia

Séculos XVI - XVIII

Data	Nome
1516-1542	?????
1543?	Rodrigo de Vilalobos
1544-1550	?????
1551	Rodrigo de Vilalobos
1552	António Lopes (CFCR)
1553-1557	?????
1558	Lopo Dias
1559-1565	?????
1566	João Rodrigues Bacharel
1567-1571	?????
1572	António Lopes (CFCR)
1573-1577	?????
1578	António Lopes (CFCR)
1579-1581	?????
1582	António Lopes (CFCR)
1582	Dr. Manuel Cardim
1583	?????
1584-1585	Dr. Manuel Cardim
1586-1594	?????
1595	Cristóvão Pantoja de Almeida (FCR)
1596-1597	?????
1598	Manuel Mendes Pimentel
1599	Luís Touro Godinho
1600	Gaspar da Fonseca
1601-1606	?????
1607	Manuel Pantoja
1608-1609	?????
1610	Cristóvão Pantoja de Almeida (FCR)
1611	Pe. Rui Lopes Cabral
1612-1620	?????
1621	Lourenço Pantoja de Almeida
1622-1628	?????
1629	Clérigo António Fernandes
1630	Pedro de Oliveira
1631-1638	?????
1639	Pe. Rui Lopes Cabral (FCR)
1640-1644	?????
1645	João Rodrigues Panasco
1646-1658	?????

Provedores da Santa Casa da Misericórdia

1659	Manuel Antunes da Silveira
1660-1687	?????
1688	Dr. Domingos Coelho Reidono
1689	João Cardoso Aires
1690-1711	?????
1712	João Cabral Godinho?
1712-1713	Domingos Coelho Torres
1713-1714	João Cabral Godinho
1714-1715	Gil Vaz Lobo Freire
1716	?????
1717	Lourenço Pantoja de Almeida
1718-1719	Domingos Coelho Torres
1720	João Cabral Godinho
1721	Pe. Tomé Vaz de Torres
1722	Estêvão da Rocha Bocarro e Pimenta
1723	Pe. José Vidigal
1724	Mendo Afonso Bocarro e Pimenta
1725	?????
1726	Estêvão da Rocha Bocarro e Pimenta
1727	Pe. Tomé Vaz de Torres
1727-1728	Mendo Afonso Bocarro e Pimenta
1729-1730	Pe. André Vaz de Torres Palha de Almeida
1731	?????
1732	Mendo Afonso Bocarro e Pimenta
1733-1735	?????
1736	Mendo Afonso Bocarro e Pimenta
1736-1737	João Cabral Godinho
1738	Pe. Luís de Lemos Montenegro
1739	Francisco de Mira Touro
1739	Pe. Tomé Vaz de Torres
1740	Francisco de Mira Touro
1740-1741	Inácio Palha de Almeida
1742	Pe. Luís de Lemos Montenegro
1743	José de Faria e Sousa
1744	Francisco de Mira Touro
1744	Pe. Luís de Lemos Montenegro
1745	Pe. Luís de Lemos Montenegro
1745-1746	Inácio Palha de Almeida
1746	José de Faria e Sousa
1747	?????
1748	Estêvão da Rocha Bocarro e Pimenta

Provedores da Santa Casa da Misericórdia

1749	Francisco de Mira Touro
1750	José Inácio de Torres Palha Reidono
1750	André Inácio de Torres Palha
1751	Francisco de Lemos Montenegro
1751-1752	Inácio Palha de Almeida
1753-1754	José Inácio de Torres Palha Reidono
1755	Estêvão da Rocha Bocarro e Pimenta
1756-1757	?????
1758	José Inácio de Torres Palha Reidono
1759	?????
1760	José de Faria e Sousa
1761	?????
1762-1765	José Inácio de Torres Palha Reidono
1766-1767	?????
1768	José de Faria e Sousa
1769-1770	?????
1771-1777	José Inácio de Torres Palha Reidono
1778	Vasco António Figueira Sotomaior
1779-1782	José Inácio de Torres Palha Reidono
1783	?????
1784	Francisco Jerónimo de Torres Palha
1784	José Inácio de Torres Palha Reidono
1785-1789	Francisco Jerónimo de Torres Palha
1789-1798	José Inácio de Torres Palha Reidono
1799	?????

* Levantamento preliminar

CFCR – Cavaleiro Fidalgo da Casa Real

FCR – Fidalgo da Casa Real

Provedores da Santa Casa da Misericórdia

Séculos XIX - XXI

Data	Nome
1800-1803	Bocarro e Pimenta
1804	?????
1805	André Vaz de Torres Palha
1815-1821	José de Sousa Faria e Melo
1822	?????
1823	Duarte Toscano
1824	?????
1825	Francisco António Silveiro
1825	Pe. Luis António da Cruz
1826-1831	?????
1832	Silveiro
1833-1834	?????
1835	João Lopes Ruivo
1836	Cruz
1837	José de Sousa Faria e Melo
1837	Francisco de Melo Cabral e Sousa
1837-1838	José de Sousa Faria e Melo
1839-1841	Francisco de Melo Cabral e Sousa
1842	João Cabral de Sousa Faria e Melo
1843-1845	?????
1846	Morom
1847-1852	?????
1853-1855	?????
1856-1859	Morom
1860-1874	?????
1875	José Leonardo da Silva Carvalho
1876	Cabral
1877	?????
1878-1881	José Leonardo da Silva Carvalho
1881-1884	José de Sousa Faria e Melo Cabral
1884-1890	Luis de Melo Cabral e Sousa
1890-1897	José de Sousa Faria e Melo Cabral
1897-1899	Pedro Martins Morom Ponce
1899-1901	João Alberto Guerreiro
1902-1905	Dr. António dos Santos Coelho
1905-1912	José de Sousa Faria e Melo Cabral
1912-1915	Joaquim Maria dos Santos Carvalho
1915-1917	Rodrigo Pimenta de Massapina
1917-1929	José de Sousa Faria e Melo Cabral
1929-1932	Augusto dos Santos Carvalho

Provedores da Santa Casa da Misericórdia

1932-1969	Luís de Sousa Fernandes Cabral
1969-1975	António Fernandes Piçarra Cabral
1976-1985	José Carlos Guerreiro Duarte
1986-1991	Dr. Joaquim Tavares Silveiro Júnior
1992-2009	Francisco António Sítima
2010-2016	Dr. Rui Manuel Viegas Pão Mole

* Levantamento preliminar

Glossário

Aforamento – acto jurídico em que um proprietário concedia a outra pessoa (foreiro) o direito de exploração de um bem (rústico ou urbano) mediante a obrigação de pagamento de um valor em dinheiro e/ou géneros (foro). Normalmente os aforamentos eram perpétuos, enquanto os arrendamentos eram definidos por um período determinado.

Alvará régio – de forma simplificada pode ser definido como o documento emitido pelo rei que servia para emanar ordens cuja execução era de curta duração.

Artífice – oficial que produzia manualmente diferentes tipos de produtos: sapateiros, oleiros, entre outros.

Baixo-relevo – trabalho de escultura em que as figuras não sobressaem em todo o seu vulto ficando aderentes à superfície em que foram executadas.

Banqueta de altar – degrau sobre a mesa do altar, na parte de trás, onde se colocavam os castiçais com as velas, um crucifixo e, eventualmente, vasos de flores.

Cadeiral – estrutura em madeira, com várias cadeiras unidas, onde se sentavam os membros da Mesa Administrativa durante as cerimónias religiosas. A cadeira do provedor tinha tamanho e formato mais destacados.

Cativo – prisioneiro.

Glossário

Enjeitado – criança abandonada pelos progenitores.

Gafaria – leprosaria, estabelecimento para doentes de lepra.

Homem Bom – membro da elite local.

Ovelheiro – criador de gado ovino.

Inválido – incapacitado para o trabalho por idade ou por doença.

Lavrada – trabalhada, decorada.

Letrado – instruído, com formação universitária. Por exemplo, médicos, advogados ou professores.

Mercearia – nome que deriva da palavra mercê: graça, benefício. As mercearias foram destinadas, originalmente, às pessoas da nobreza empobrecida. Eram instituições de assistência para pessoas de idade avançada de ambos os sexos. Em troca da assistência que lhes era prestada, os merceeiros ficavam obrigados a assistir a missas e a rezar pela alma dos seus benfeitores, instituidores das mercearias.

Pedra de ara – pedra benzida que se coloca no altar e sobre a qual o sacerdote faz a consagração, na missa.

Provisão régia - de forma simplificada pode ser definido como documento emitido pelo rei que servia para emanar ordens cuja execução era de longa duração.

Glossário

Quarto e quadra – designação usada na História da Arte para se referirem aos tectos de madeira divididos em quadrados, dos quais também se diz serem apanelados.

Renascença – período da História da Humanidade entre os séculos XIV e XVII, que se caracteriza por várias transformações em muitas áreas da vida humana, com destaque para a cultura e para a arte.

Retábulo – estrutura de madeira, de mármore ou de outro material, que fica por trás ou acima do altar e que, normalmente, contém um ou mais painéis pintados ou em relevo.

Sacrário – pequeno cofre colocado sobre o altar para guardar a Sagrada Eucaristia.

Tombo – Livro de registo e de descrição do património de uma instituição.

Bibliografia

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora. Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, Vol. 1, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1978.

ESPANCA, Túlio, “Estudos Alentejanos”, *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal (1ª Série)*, nº 60, 1977, pp. 189-284.

FARRICA, Fátima, *Inventário do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo*, Viana do Alentejo, Santa Casa da Misericórdia, 2015 (policopiado).

FARRICA, Fátima, *No Espaço e no Tempo: Contributos para a História das Instituições de Viana do Alentejo (sécs. XIV-XX)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015.

MANGUCCI, Celso e ZAGALO, Assunção, “Os azulejos da igreja da Misericórdia de Viana do Alentejo: identificação das patologias e proposta de intervenção”, *Património Estudos*, nº 7, 2004, pp. 146-150.

Créditos de imagens e documentos

Documentos: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo

Imagem da Rainha D. Leonor:

http://arquivo.hardmusica.pt/noticia_detalhe.php?cd_noticia=12134

Imagens do edifício da Misericórdia no interior do castelo em 1959, em 1967 e em 1975: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico.

Imagens com os edifícios da Farmácia da Misericórdia, do Asilo Jesus Maria José e do Instituto de Piedade e Beneficência: cedidas por Francisco Baião.

Restantes imagens: autoria de Fátima Farrica.

Ficha Técnica

Concepção e coordenação científica : Fátima Farrica.

Concepção gráfica e edição de imagem: Luís Banha.

Impressão: Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

Montagem: Fátima Farrica, Luís Banha e Germano Fernandes.

Documentação: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo.

Período de vigência: 09 de junho a 29 de agosto de 2016.

Apoios: Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, Câmara Municipal de Viana do Alentejo, Junta de Freguesia de Viana do Alentejo e Direcção Regional de Cultura do Alentejo.



Linha de
HISTÓRIA
Municípios de Évora, Beja, Faro, Lagos

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
GESTÃO
DESIJOS E RESPONSABILIDADE